

unesp



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Plano de Desenvolvimento Institucional

DEBATE SÉRIO, COLETIVO E DEMOCRÁTICO

Assim deve ser a construção do PDI da Unesp, responsável pela definição do perfil que teremos, das metas e desafios que vamos traçar para os próximos 10 anos. Para a Adunesp, a importância do tema e a relevância da Universidade para a sociedade exigem a realização de uma Assembléia Universitária

Um debate importante está instaurado em nossa Universidade. Trata-se da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unesp, processo deflagrado pela reitoria no início de 2007, a partir da nomeação de uma Comissão composta por membros de todos os órgãos colegiados centrais, e que terá um novo capítulo no final de julho. Convocada pela reitoria, nos dias 30 e 31, será realizada uma "Reunião de Trabalho entre os membros dos Colegiados Centrais", na cidade de Águas de Lindóia, para apreciar o PDI.

A necessidade de uma discussão ampla e democrática, envolvendo efetivamente a comunidade, levou a Adunesp e o Sintunesp a iniciarem uma campanha pela ampliação e prorrogação dos debates com o conjunto dos três segmentos. Professores, funcionários e estudantes têm o direito de participar da construção da proposta que norteará a vida da instituição, nos próximos 10 anos, em torno de aspectos fundamentais, como: função social da Universidade, financiamento, avaliação, gestão democrática, expansão, ensino, pesquisa e extensão.

O prazo inicial para envio de contribuições da comunidade (até o final de junho) foi considerado exíguo pelas entidades sindicais, que elaboraram um ofício conjunto, endereçado à reitoria e às congregações, solicitando a sua prorrogação. Adunesp e Sintunesp defendem que a proposta finalizada pela Comissão do PDI deva retornar à comunidade para análise, debates e novas contribuições, e que o processo culmine numa Assembléia Universitária, com a democrática participação de professores,

funcionários e estudantes.

A despeito da relevância da iniciativa de elaboração de uma proposta de PDI, em que pese ter sido ela produzida por uma Comissão formada por representantes de vários colegiados centrais, por iniciativa da reitoria, submetida à apreciação das congregações e mesmo da Adunesp e do Sintunesp (em 8/5/08), as entidades entendem que ela carece de uma análise mais aprofundada. "Há, ainda, muito o quê discutir quanto ao seu conteúdo e quanto à metodologia empregada", diz o ofício.

Adunesp e Sintunesp reivindicam:

- Que as contribuições ao "anteprojeto" do PDI, encaminhadas até agora, sejam disponibilizadas à comunidade.
- Que a comunidade possa conhecê-las e discuti-las com serenidade, durante o tempo necessário para que o nosso futuro seja pavimentado por todas as mãos que fizeram, e fazem, desta Universidade o que ela é hoje.
- Que seja estabelecido um maior prazo para que a delicada e complexa missão de planejar a vida da instituição seja construída por todos nós, lembrando que a Assembléia Universitária é a instância mais adequada para estabelecer os parâmetros para o nosso futuro.

O Encontro de Águas de Lindóia

O evento chamado pela reitoria para Águas de Lindóia tem por objetivo, segundo a convocatória, a "análise, discussão, proposições e encaminhamentos à proposta de Plano de Desenvolvimento Institucional elaborada pela Comissão do PDI, acrescida das contribuições encaminhadas pelas Unidades da Unesp".

Em reunião realizada no dia 17/7, a Comissão do PDI fez novos acréscimos e alterações na proposta original, a partir de contribuições enviadas pela comunidade. Na reunião, ficou acordado que as discussões prosseguirão em Águas de Lindóia, com especial destaque para os pontos em que não há consenso até o momento. Os membros dos colegiados serão divididos em grupos temáticos.

Vale lembrar o compromisso assumido, publicamente, pelo professor Macari, na reunião do Colégio Eleitoral, de que não irá "atropelar" o processo de discussão do PDI.

Adunesp convoca reunião do Chapão

Como forma de discutir a intervenção no encontro dos dias 30 e 31, a Adunesp está convocando uma reunião dos representantes vinculados ao Chapão para o dia 29, também em Águas de Lindóia.

"A Assembléia Universitária pode ser o ápice da construção de um projeto coletivo e orgânico de Universidade"

Nas págs. 2 e 3, entrevista com Antônio Luís de Andrade (Tato), diretor da Adunesp e membro da Comissão do PDI



Algumas contribuições ao debate sobre o PDI

Pág. 4

Andes tem proposta para a universidade brasileira

Pág. 4

“A Assembléia Universitária pode ser o ápice da construção de um projeto coletivo e orgânico de Universidade”

Com Antônio Luís de Andrade (Tato), diretor da Adunesp e membro da Comissão do PDI

Membro da Comissão constituída para a elaboração do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unesp, Tato considera que a Universidade tem a oportunidade histórica de reescrever seus caminhos a partir dos anseios de sua comunidade. “Creio que vivemos um momento precioso demais para deixarmos passar ou nos precipitarmos e abortarmos um processo como esse por injunções externas ou internas”, diz ele, defendendo a realização de uma Assembléia Universitária para o desenlace do PDI. “A AU permitiria romper com uma visão instrumental da idéia de que o PDI foi fruto de um conjunto de iluminados especialistas, que fez um trabalho técnico e que, depois de revestido de um verniz democrático, foi enfiado goela abaixo da comunidade.” A seguir, a íntegra da entrevista:



Adunesp Informa – Quais são as funções que deve cumprir um PDI para a Universidade?

Antônio Luís de Andrade (Tato) – Um Plano de Desenvolvimento Institucional deve ser um instrumento de planejamento, racionalização e metas da Universidade, para o médio e longo prazo. Deve cumprir um papel estratégico, orientando os rumos que a Universidade precisa tomar, frente à sua missão, seus princípios, em suas dimensões indissociáveis relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Para tanto, deve ser expressão de um projeto de Universidade comprometido com necessidades socialmente referenciadas. Deve ser, portanto, um instrumento que consolide a liberdade acadêmica, a formação humana e sua inserção na sociedade, para além das imposições momentâneas dos governos de plantão ou dos interesses de setores ou grupos econômicos.

AI – É possível construir uma proposta que concilie as diferenças?

Tato – É preciso que o PDI seja capaz de dar unidade na diversidade e, mesmo com dissensos e diferenças, estas podem e devem ser tratadas como elementos de enriquecimento, pluralidades sem as quais a própria Universidade se enrijece e pasteuriza, embota e mata a criação humana, destrói os seus elementos vitais, o próprio humanismo que tem lhe permitido ser uma instituição milenar. Nossa Universidade é caudatária desse humanismo e dessa tradição e não deve abrir mão dessa história e desse papel. Por outro lado, há que buscar ousar e romper para além do aqui e agora, projetar perspectivas novas de avanço no sentido da construção de uma sociedade que se faça mais humana. Isso é elemento imprescindível para que a humanidade saia da pré-história social das necessidades, rumo à construção de uma humanidade social, que é e que também será tributária do

humanismo universitário. Se não tivermos isso claramente definido, caminharemos para a barbárie social, cultural e científica.

AI – O processo de construção do PDI vem gerando críticas, particularmente no que diz respeito ao aligeiramento da discussão e aos mecanismos de participação da comunidade. Como membro da Comissão criada para a elaboração do PDI, você concorda?

Tato – Creio que se trata de uma série de imprecisões e interesses que estão postos em torno do projeto de Universidade que se quer. O PDI não se encontra isolado desses

interesses e é “natural” que estejam expressos em posições políticas que se materializaram em propostas. Avalio que o aligeiramento é uma meia verdade, ou seja, pode se concretizar ou não. Se, a partir do pré-projeto entregue à comunidade, o processo se estender para o con-

“Parece-me que a reitoria caminha no sentido de não permitir que o processo seja impositivo, cerceador e aligeirado.”

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp.
Adunesp S. Sindical

Diretoria: João da Costa Chaves Júnior (Presidente, FCL/Assis); Carlos Alberto Anaruma (Vice-presidente, IB/Rio Claro); Afrânio José Soriano Soares (Secretário-geral, Campus Experimental de Registro); Arif Cais (Vice-Secretário, Ibilce/São José do Rio Preto); Antônio Luís de Andrade (Tesoureiro-geral, FCT/P. Prudente); Emanuel Rocha Woiski (Vice-tesoureiro, FEG/Ilha Solteira).

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP. Fones (11) 3242-7080.

Home page: www.adunesp.org.br

E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458)

EM DEFESA DA
UNIVERSIDADE PÚBLICA

junto da Universidade e ouvir efetivamente os segmentos, isso pode ser diferente. Mas é preciso dialogar com a sociedade e criar os debates necessários, construir consensos, sem sufocar ou reprimir os dissensos e as diferenças. Se isso ocorrer, o trabalho da Comissão já terá dado uma importante contribuição para que a nossa Universidade se reescreva enquanto instituição, sem se render aos modismos e às necessidades daqueles que chafurdam em interesses econômicos corporativos e das corporações do “deus” mercado.

AI – Há um entendimento na Comissão sobre a necessidade de ampliar o debate?

Tato – Avalio – e isso já manifestei na Comissão – que houve um certo atropelo no fechamento da proposta que foi encaminhada à comunidade universitária. Creio que há um consenso sobre a importância de não permitirmos que isso seja feito de forma aligeirada. Avalio que se trata de um esforço ímpar e que conta com a participação e a vontade política de várias forças que compõem a comunidade universitária, apesar de suas diferenças e divergências. Creio que vivemos um momento precioso demais para deixarmos passar ou nos precipitarmos e abortarmos um processo como esse por injunções externas ou internas. Sei que não estamos alheios a elas, que o poder de fogo dos governos na esfera federal e estadual é muito forte, indutor de coisas boas e coisas ruins, com um atrativo financeiro que seduz.

AI – O fato de estarmos em ano eleitoral na Unesp pressiona?

Tato – Creio que tal fato tenha um peso significativo num processo como esse de construção do PDI. Todos esses elementos fazem parte do jogo, mas devemos entendê-los e tratá-los como parte, sem sub ou super dimensioná-los. Penso que a desconfiança de parte da comunidade é justificável, afinal, temos em nossa Universidade um histórico traumático de boas intenções e de aprovação de “espíritos” de propostas que, quando materializadas, não foram os sonhos sonhados, as promessas fantasiosas e emolduradas festivamente. O pesadelo

da realidade da materialização destas propostas custou muito caro à Universidade e considero que também à sociedade. Não podemos permitir que isso se repita ou que prospere. Vamos ver, coerentemente, o discurso e a prática. Por tudo isso, avalio que caminhamos para a busca de construir consensos e permitir que os dissensos possam ser tratados, discutidos, polemizados, criticados. É preciso que a comunidade tenha tempo e condições de amadurecer essas questões.

AI – Nem sempre isso acontece...

Tato – Vou dar um exemplo: a implantação dos cursos de graduação à distância e certificações intermediárias. Precisamos estudar, discutir e tomar uma decisão racional, que sirva à missão e à função social da Universidade, e não ao interesse de um ou outro, desse ou daquele projeto de política pública, que de pública tem apenas o interesse privado. Nossa história está cheia de situações e momentos sobre os quais conseguimos fazer leituras mais precisas muito tempo depois. Há muitas parafernalias de novidades, reformas e legislações delas decorrentes, que tanto mal fizeram à educação e, por conseguinte, com sérios reflexos para o país. Em relação ao PDI, considerando o que tenho ouvido e visto nas propostas vindas da comunidade, parece-me que a reitoria caminha no sentido de não permitir que o processo seja impositivo, cerceador, e aligeirado. Todos nós, da comunidade universitária, inclusive a própria administração superior, teríamos a perder com isso.

AI – A Adunesp e o Sintunesp estão defendendo a realização de uma Assembléia Universitária, a exemplo do que ocorreu em 2000, para a culminação dos debates e deliberações sobre o PDI. Por que?

Tato – Por que a Assembléia Universitária poderia resgatar e colocar num novo patamar o nosso espírito de coletividade, tão importante em muitos momentos da nossa história, como na resistência à intervenção do Martins (**NR: Luiz Ferreira Martins, primeiro reitor da Unesp**),

"A Assembléia Universitária permitiria romper com a idéia de que o PDI foi fruto de um conjunto de iluminados especialistas."

durante a crise da eleição do Saad (**NR: William Saad Hossne, professor em Botucatu, foi indicado pela comunidade como reitor, em 1983, mas a decisão foi desrespeitada pelo governo estadual, à época comandando por Franco Montoro**), na estatuinte (**NR: Processo iniciado em 1984 e concluído em janeiro/89, quando entrou em vigor o novo Estatuto da Unesp**). A Assembléia Universitária permitiria romper, por um lado, com uma visão instrumental da idéia de que o PDI foi fruto de um conjunto de iluminados especialistas, que fez um trabalho técnico e que, depois de revestido de um verniz democrático, foi enfiado goela abaixo da comunidade. Por outro lado, seria importante também para termos uma aferição real do que é o PDI, pois ele não pode ser visto e tratado como panacéia para nossos problemas e dificuldades. Assim, também poderíamos fazer valer a determinação estatutária da Unesp, que prevê a realização da AU a cada quatro anos. Por que a AU não poderia ser o elemento de avaliação e debate coletivo da implementação do PDI? Da vida e dos rumos da universidade? O ápice de um verdadeiro e profundo processo de construção coletiva e orgânica da Universidade?

AI – A AU de 2000, aparentemente, não teve desdobramentos e as deliberações não foram encaminhadas. Por que isso ocorreu?

Tato – Avalio que um dos fatores importantes desse desenlace foi a eleição do reitor Trindade. Por um lado, pela própria natureza de sua atuação política, a questão da democracia interna e os órgãos colegiados, muito sensíveis ao presidente/reitor do CO de plantão, o esvaziamento institucional da representação estudantil, que maquiavelica-

mente deve ser creditada à sua administração, infelizmente. Mas, o movimento ainda teve vigor e capacidade política de resistir até 2003. Por outro lado, nessa arena política, a reitoria contou com um conjunto de diretores que se constituíram como aliados fortes e que fisiologicamente se comprometeram com sua administração para aprovar os novos cursos e as Unidades Experimentais. Somente agora, por conta do próprio PDI, é que alguns setores da comunidade acadêmica estão cobrando as deliberações da AU de 2000. Diga-se de passagem, a AU de 2000 contou com a presença dos principais candidatos à reitoria naquela ocasião e inspirou algumas plataformas. Isso coloca um elemento para nossa reflexão: a plataforma política, na teoria, pode ser algo bonito, bem articulado, que atende aos nossos desejos, projetos etc. Na prática, porém, a coisa caminha em direção oposta e obedece a acordos e interesses sobre os quais quase não temos poder de influir.

AI – Essa mesma avaliação vale para o PDI?

Tato – Esse é um elemento determinante, hoje, e que diz respeito ao PDI. A ‘letra da lei’ do PDI só será realidade do sonho sonhado se nós, coletivamente, estivermos envolvidos na sua construção, ou seja, intervindo diretamente nos seus rumos e na sua implementação. O mesmo ocorreu com relação à AU de 2000. Avalio que o processo e a metodologia que serão desenvolvidos para tratar o PDI na Universidade poderão contribuir muito para avançarmos positivamente. Se as discussões e o processo não forem açodados e aligeirados, se pudermos de fato traçar democraticamente consensos, garantir que as diferenças não serão objeto da intransigência, o PDI naturalmente vai ter que caminhar para uma AU. É da nossa história e da nossa natureza institucional esse caminho.



A Assembléia Universitária de 2000, realizada em Bauru, reunião com cerca de 400 participantes

Contribuições ao debate

Várias contribuições - individuais ou produzidas por Congregações - foram enviadas à Comissão. Algumas delas estão disponíveis no site da Adunesp (www.adunesp.org.br) e a totalidade pode ser acessada em http://download.unesp.br/windows/Outros/util/contrib_ao_pdi_unidades.zip. Os textos comentam o processo de elaboração da proposta apresentada pela Comissão e, também, entram no mérito de seu conteúdo. A seguir, destacamos alguns trechos:

Metodologia

"Considerando a importância de um Plano de Desenvolvimento Institucional para a Unesp, a Congregação do Instituto de Biociências de Rio Claro entende como necessária uma maior discussão no âmbito das unidades universitárias. Assim, sugere o adiamento da discussão proposta inicialmente para 30 e 31 de julho e que, ao final da discussão mais aprofundada, no âmbito das unidades, o PDI seja aprovado através de Assembléia Universitária."

(Congregação do Instituto de Biociências de Rio Claro)

Concepção de Universidade

"[...] O presumível dilema expresso na página 13 do documento da Comissão, na verdade, expõe uma contradição presente entre diferentes concepções de Universidade. Temos, por um lado, crescendo dentro da própria Unesp, uma idéia de que a Universidade deve atender, antes de tudo, as demandas das empresas privadas capitalistas ou das empresas estatais, fornecendo conhecimento e força de trabalho qualificada. (...) A Universidade deve, de maneira autônoma, produzir cultura, ciência e tecnologia, visando os interesses gerais, o que está muito longe de contemplar interesses privados das empresas. Interesses gerais são os interesses nacionais que elevam o padrão de vida, de cultura, e estimulam o desenvolvimento democrático do país."

(Prof. Dr. Marcos Del Roio, DCPE / FFC/Marília, suplente do CEPE e vice-presidente da Adunesp/Marília)

Ensino à Distância

"O uso de novas tecnologias na pesquisa e no ensino é uma necessidade e uma possibilidade. Mas a obsessão com o ensino à distância é uma grave distorção. Pode-se fazer uso de vídeo conferência etc, mas, pensar em cursos de graduação à distância é uma distorção muito séria do que deve ser

entendido por ensino/aprendizagem. No ensino à distância, o professor nada apreende dos alunos, só transmite informações mastigadas; não pode ser contestado ou interrogado; o estudante é estimulado a permanecer passivo e alguém em estado de passividade não aprende realmente, não contribui no processo de ensino/aprendizagem recíproca entre professor e aluno. Ensino à distância não forma pessoas, não forma cientistas e intelectuais, apenas indivíduos que se movem no mundo do mercado do qual não sabem as leis (científicas e jurídicas). Daí a nossa clara postura de oposição à criação de cursos de graduação à

distância, como o exemplo que vem sendo tentado pelo curso de graduação à distância de Pedagogia, com cinco mil vagas (sic), uma verdadeira ofensa aos tantos estudantes da Unesp que se empenham em uma formação qualificada de educador."

(Dep. de Ciências Políticas e Econômicas da FFC/Marília)

"Que o PDI se pautar pela valorização do ensino presencial, utilizando tecnologias de informação e comunicação e se posicione contrário ao uso destes recursos como estratégia para massificação do ensino com prejuízo da sua qualidade."

(Congregação da Faculdade de Ciências/Bauru)

Certificação Intermediária

"[...] Outra questão, que nos interpelou com surpresa, diz respeito ao apontado na p. 20, itens 10 e 11 do documento PDI, que tratam da redução de carga horária formal de discentes, bem como da avaliação sobre a implementação da certificação intermediária. Nossa pergunta, quanto a isto, é se correríamos o risco de reduzir a tal ponto a presença dos alunos no campus que chegaríamos a um momento em que bastaria cursar um mínimo de semestres para que os mesmos se sentissem gratificados com um certificado de graduação intermediária? Sem sermos irônicos ou pessimistas, entendemos que em um país com tantas desigualdades sociais e de direitos, favorecer a formação acadêmica minimizada, ou com a redução da inquestionável importância da relação professor-aluno para a produção do conhecimento e capacitação profissional, seria, de nossa parte, caso concordássemos como posto no documento, contribuir com a formação de profissionais deficientes que viriam a atuar no país."

(Congregação da Fac. de Ciências e Letras de Assis)

Campi experimentais

"[...] Falar da expansão da Unesp sem falar da burla do Estatuto não é possível. Criamos cursos fora de sede, pois não podíamos criar unidades. Depois, foi introduzida a perspectiva de unidades diferenciadas (campi experimentais), que gradativamente deveriam se tornar campi regulares, dentro do Estatuto. É de causar espanto a sugestão da Comissão, no final da pág. 10, quando comenta que os campi experimentais são "uma experiência acadêmica e administrativa que vem sendo continuamente avaliada e que PODERÁ indicar novos rumos para o futuro da Unesp". Vamos transformar a Unesp toda em campi experimentais? Defendemos historicamente o contrário e não queremos isso para o futuro."

(Prof. Dr. Milton Vieira do Prado Júnior, Departamento de Educação Física/Bauru, ex-presidente da Adunesp S. Sindical)

"[...] Solicitamos um maior detalhamento do parágrafo nº 06, da página 14, onde menciona que 'a maioria dos campi experimentais relata que a atual estrutura da Universidade é anacrônica e deve ser modificada'. Solicita-

mos esclarecimentos sobre a qual estrutura que o PDI se refere: dos campi consolidados ou dos campi experimentais? Neste caso, convém o esclarecimento que a unidade de Ourinhos tem críticas a esta 'nova' estrutura implementada nos campi experimentais, assim como não é contra a 'antiga' estrutura da Unesp."

(Campus Experimental de Ourinhos)

Observações da Adunesp sobre o papel da Comissão de Sistematização

A Adunesp, atenta às discussões que construíram a proposta do PDI, apresenta uma análise do encaminhamento feito pela respeitável Comissão de Sistematização do PDI, formada por alguns dos membros que elaboraram a proposta, indicando alguns equívocos cometidos e que comprometem o documento a ser analisado. Abaixo, reproduzimos o encaminhamento da Comissão com destaques, entre parênteses, para as nossas observações.

Prezados conselheiros

Temos a satisfação de encaminhar a proposta modificada (*não é papel da Comissão fazer modificações na proposta*) do Plano de Desenvolvimento Institucional da Unesp, que será discutida na reunião dos Colegiados Centrais, em Águas de Lindóia, nos dias 30 e 31/7/2008.

A Comissão de Sistematização do PDI recebeu um conjunto de contribuições de quase todas as Congregações, além de outras enviadas por Unidades Auxiliares, Assessorias, Pró-Reitorias, Fórum dos Vice-diretores, docentes e discentes. Os documentos gerados nessas instâncias demonstraram o grande envolvimento da comunidade acadêmica (*em face da relevância do tema, consideramos que "grande envolvimento" só ocorreria diante da Assembléia Universitária*) no debate sobre o futuro de nossa Universidade.

Foram acolhidas muitas sugestões recebidas (*consideramos que a Comissão de Sistematização tem por dever de ofício acolher todas as propostas*), não só aquelas de natureza formal, como também as que propuseram alteração de conteúdo acerca de determinados temas. Houve consenso em relação a vários itens (*entendemos que a Comissão deveria indicar todas as propostas e as redações correspondentes*), o que levou a Comissão a escolher as indicações de redação (*reiteramos que não é este o papel de uma Comissão de Sistematização*) que tornavam mais claras e objetivas as proposições. Foram feitas, também, algumas modificações no texto inicial (*a Comissão não tem competência para fazer modificações no texto feito pelos conselheiros dos colegiados*) de apresentação, de acordo com as críticas e melhorias apresentadas.

Certas propostas não alcançaram consenso, especialmente aquelas relacionadas ao ensino a distância e a mudanças estruturais nos currículos. (*Consideramos altamente positiva a observação da Comissão, entretanto, ela deveria indicar as discordâncias*). Nestes casos, a Comissão optou por manter a redação original (*o que confirma que foram feitas modificações - uma impertinência da Comissão*), esperando que o assunto possa ser debatido com mais profundidade na reunião dos Colegiados Centrais (*a Adunesp preocupa-se com a afirmação sobre a menção à profundidade, o que deveria ter norteado todas as temáticas*).

Com os agradecimentos pelas críticas e sugestões recebidas,

Comissão de Sistematização do PDI*

Andes tem proposta



O Sindicato Nacional dos Docentes em Instituições de Ensino Superior (Andes) elaborou uma importante contribuição ao debate sobre a universidade brasileira em seus variados aspectos: função social, financiamento, avaliação, gestão democrática, ensino, graduação, pesquisa, entre outros. Fruto de cerca de 10 anos de debates, com a última edição atualizada em 2003, o resultado desse esforço encontra-se sintetizado no "Caderno 2 - Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira" e pode ser acessado em (www.adunesp.org.br), próximo aos textos de debate sobre o PDI.